

| 732 | POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA E CULTURAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COTIDIANOS

Caio Augusto Amorim Maciel, David Tavares Barbosa

Resumo

Neste trabalho, apresentamos como objetivo central fornecer alguns argumentos que estimulem o debate acerca da importância da escala do cotidiano no debate acerca dos espaços públicos. Propõe-se tal debate pois acreditamos que por este espaço abarcar as atividades do dia-a-dia, as ações que nele se desenvolvem assumem o papel de base viável de transformação social. Para atingir os objetivos propostos, desenvolveu-se uma discussão teórica baseada na abordagem cultural da Geografia, acerca das relações entre imaginário, paisagens e suas relações com a renovação do debate acerca da espacialidade pública. Buscamos aprofundar o debate acerca da forma como os discursos que instituem o espaço de nossas cidades nascem de experiências vividas em um momento e espaço dados, enriquecidos por meio de representações nas quais se manifestam ações e comportamentos traduzidos em produção territorial historicamente condicionada. Convém acrescentar que neste trabalho pretendemos demonstrar a importância do estudo das escalas locais, dos espaços cotidianos aos estudos políticos sobre as cidades. No entanto, não é de nosso interesse estimular uma ciência social uniescalar, seja esta de abordagem política, cultural, social, dentre outras, compreendendo assim, a importância de ao pensar o espaço cotidiano, nos preocuparmos igualmente com a importância das demais escalas de ação.

Palavras-chave: Espaço Público; Cultura; Política; Paisagem

Introdução

Ao longo da evolução das ciências sociais, a cidade sempre ocupou um papel de destaque nas investigações científicas. Metamorfoseando-se ao longo dos tempos tal como o Gregor Samsa de Franz Kafka, evoluíram desde os primeiros aglomerados do período neolítico até as recentes megalópoles *high-tech* da globalização. Palco de grandes revoluções político-econômico-sociais, a cidade caracteriza-se, conforme Michel de Certeau, por formar-se no desejo dos homens, articulando a utopia/atopia do olhar, onde práticas cotidianas singulares, como o simples caminhar, lhe atribuem sentidos. Como uma imensa “texturologia” formada do encontro dos diferentes que nela coexistem, a cidade “se inventa, de hora em hora, no ato de lançar o que adquiriu e de desafiar o futuro” (CERTEAU, 1998, p. 169).

A partir desta concepção de cidade, compreendida enquanto palco de apropriações simbólicas, nossas intenções neste artigo encontram-se relacionadas com a tentativa de discutir acerca da importância da escala local no debate político de nossas cidades, dos nossos espaços públicos. Acreditamos que, por ser esta escala local a escala da

vivência, a escala que abarca as atividades do dia-a-dia dos cidadãos, a escala local encontra-se ligadas à uma das escalas geográficas mais amplas de atividade e de relações de poder: o espaço vivido.

Voltar os olhos aos espaços cotidianos corresponde a admitir que a política nesta escala assume o papel de base viável de transformação social, pois permite que as pessoas assumam de que forma pretendem agir, se mobilizar e definir suas próprias estratégias e futuros que desejam aos espaços que convivem. Neste sentido, nosso objetivo aqui é expor que a política cotidiana, a política dos espaços vividos corresponde a uma esfera de luta e de ações políticas capazes de manter os direitos cívicos de cada cidadão, assim como corresponde a uma importante esfera de luta para a transformação de uma realidade problemática.

Neste sentido, tratar o cotidiano a partir da geografia torna-se imprescindível pois a política pode ser apreendida pela geografia em escalas e fenômenos aparentemente contraditórios, podendo-se trabalhar desde os fenômenos relacionados como a globalização e sua conseqüente revalorização do local, até se desenvolver pesquisas sobre a territorialidade da democracia. É neste sentido que aceitamos o fato de, entre outras coisas, existir uma “natureza espacial” na democracia e nos fatos políticos a ela relacionadas, onde a dimensão geográfica da política pode ser revelada através da espacialidade dos fenômenos e instituições democráticas presentes na sociedade (CASTRO, 2011; MACIEL, BARBOSA, 2012).

A Importância Político-Cultural dos Espaços Públicos

Desta concepção de cidade brevemente esboçada anteriormente, percebe-se uma temática intrinsecamente correlata a tal debate de urbanidade: a noção de espaço público. Tal conceito encontra-se intimamente relacionada pois, numa interpretação geográfico-cultural, este pode ser compreendido como um “lugar material e imaterial necessário à manutenção de certa estabilidade da sociedade urbana moderna [...] negociada a partir de certas normas de coexistência espacial sedimentadas historicamente” (MACIEL, 2012, p. 01; 04).

Estudos desenvolvidos por Hannah Arendt e Jürgen Habermas contribuíram para compreender esta “esfera pública” a partir de uma perspectiva político-filosófica (sem especificar sua geograficidade). Numa análise filosófica, Arendt compreende o espaço público – tal autora prefere utilizar o termo “esfera pública” – como uma oposição à esfera privada, organizada no pensamento grego enquanto uma estrutura reflexiva, de ordem

social pré-definida, cuja função seria organizar a vida na cidade¹. Na contribuição de Habermas, a cena pública é pensada como uma esfera comunicacional, instituída pelo poder público e originada no período moderno com a ascensão da burguesia e conseqüentemente, de seus anseios coletivos².

Outra obra seminal ao estudo da temática corresponde ao livro “A Casa e a Rua” do antropólogo Roberto DaMatta. Nesta obra que objetiva compreender a sociedade brasileira numa maneira globalizada, o espaço público transmuta-se na esfera da “rua”, sendo debatido como uma entidade moral, uma esfera de ação social, onde impera a linguagem do decreto, das leis, das emoções disciplinadas, do anonimato, da cidadania negativa. O espaço público (a rua) então, toma forma como um espaço exterior, como a dimensão política do sistema, onde impessoalidade, individualidade e anonimato corresponderiam a palavras de ordem (DAMATTA, 1985; 2006).

Conforme expõe LEITE (2001; 2002) o espaço público tem sido debatido a partir de três conotações predominantes nas ciências sociais: 1) espaço urbano aberto de propriedade pública do Estado (*Public Property*); 2) espaço signo das relações entre representações e poder que estruturam paisagens urbanas (*Semiotic Space*); e 3) espaço onde indivíduos, como cidadãos engajados politicamente, podem ver e ser vistos, e se deparam com formas de solidariedade social - não se limitando a uma configuração física - (*Public Sphere*).

Numa contribuição particular, a partir da promoção de um amplo debate teórico, este autor define a cena pública como um espaço urbano aberto, onde as diferenças se publicizam e entram em confronto, através de ações que lhe atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos. Tal autor, define sua concepção de espaço público como um lugar da diferença, capaz de suportar as assimetrias de falas e participação, reflexo das diversas e desiguais formas de inserção social dos agentes envolvidos (LEITE, 2001).

No entanto, acreditamos que o desenvolvimento de uma perspectiva geográfica sobre o espaço público nas cidades precisa aprofundar tais proposições, na medida de atribuir maior destaque à espacialidade na construção de tal esfera. Na geografia brasileira, destaca-se a contribuição desenvolvida por Gomes (2002), à leitura do espaço público. Para o autor, este espaço não corresponde a uma simples negação/oposição do privado. Igualmente, não se resume a uma área juridicamente delimitada, pois precede à lei. Não é

¹ Cf. VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. Espaço e Cultura, UERJ. N° 22, p. 67-78, jan/dez 2007.

² *Idem*.

ainda simplesmente definido pelo livre acesso. Este é o espaço de relação direta com a vida pública, do discurso político da co-presença de indivíduos. Caracteriza-se como uma “*tela de visibilidade*” presente em todas as cidades, um espaço polifônico, onde várias cenas acontecem ao mesmo tempo.

Há que se destacar ainda que este autor interpreta esta “*cena pública*” por ser o lugar da ordem e desordem (transgressão, obediência), onde a co-presença é exercitada através da produção de acordos contratuais ou contextuais, não impositivos, que apelam os diferentes indivíduos que nele convivem pela coerência do agir. Fisicamente, caracterizam-se então, como um espaço que não impõe obstáculos à possibilidade de acesso e/ou participação dos cidadãos, onde o respeito às regras do convívio e do debate são garantidas pela presença de leis que regulam os comportamentos em áreas comuns. Assim, o espaço público corresponde ao “*espaço locus da lei*”, pois neste espaço, “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada” (GOMES, 2002, p. 164).

Em tal contexto, convém lembrar que a interpretação do espaço público enquanto “*locus da lei*” remete aos debates bastante críticos desenvolvidos por Foucault sobre as “*sociedades disciplinares*”, onde a disciplina seria exercida por uma microfísica do poder presente em todas as relações cotidianas (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 1988). Dois princípios importantes regulariam essa microfísica do poder: 1) a distribuição dos indivíduos no espaço através de ‘*cercamentos*’ presentes nos colégios, quartéis, fábricas; 2) a localização imediata, ou *quadriculamento*, entendido como a divisão e distribuição do espaço com rigor, que procura dividir o espaço em parcelas que anulem a circulação difusa dos indivíduos e que sirva de tática contra a deserção, a vadiagem e as aglomerações perigosas. Tais princípios seriam capazes de garantir uma eficaz vigília dos comportamentos individuais, de medição das suas qualidades e méritos, a partir de técnicas minuciosas que definem um novo modo de investimento político detalhado do corpo, ao qual Foucault caracteriza de “*anatomia política do detalhe*” (FOUCAULT, 1993, p. 128).

Conforme nos diz Foucault (1993, p. 135) “a primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de ‘*quadros vivos*’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”. Ou seja, este disciplinamento dos corpos busca organizar o múltiplo, obtendo conhecimentos sobre estes corpos que possam dominá-lo, assim como impor ordens.

Compreende-se então que, a grande contribuição de Michel Foucault em suas formulações acerca da microfísica do poder no debate dos espaços públicos corresponde à importância que ele atribui aos micropoderes, demonstrando que a produção dos espaços disciplinares não se formulam apenas pela participação do Estado, mas sim que estes espaços, juntamente com o poder que nele se encontra, necessita ser constantemente (re)produzido nas relações entre os indivíduos. Ao conceber o poder como uma estratégia não-estratificada, presente em todas as relações sociais, que se exerce antes de se possuir, Foucault reconhece a potência dos homens, demonstrando assim, a importância destes na constituição e formação das sociedades contemporâneas.

As influências dos debates promovidos por Michel Foucault não se esgotam, e vale ainda lembrar a influência que este autor exerceu sobre o pensamento do geógrafo Paul Claval, quando este último buscou discutir as relações entre espaço e política. Para Claval (1979) a forma mais simples de exercício do poder social corresponde ao que ele caracteriza como poder puro, caracterizado por uma assimetria total dos participantes e uma vigilância constante e cotidiana, aproximando bastante da conhecida fórmula da microfísica do poder do filósofo anteriormente citado.

Neste sentido, as relações entre os indivíduos e a sociedade na esfera do cotidiano se processariam por uma coação coletiva, anônima, pela observação, vigilância e apreciação daqueles que cercam o indivíduo das sociedades, coação esta que reforçaria um “sentimento de não poder escapar à vigilância pública”, reforçando, por isso mesmo, a prudência, o conformismo e a homogeneização dos grupos sociais.

Outrossim, embora reconheçamos a importância e os aspectos relevantes do debate promovido por estes teóricos, preferimos estimular o enriquecimento de uma perspectiva geográfica dos espaços públicos a partir de outros princípios: pela valorização destes enquanto lugar material e imaterial, intersubjetivo (BERDOULAY *apud* VALVERDE, 2007) e suscetível à manifestação de estratégias de afirmação identitária (MACIEL; BARBOSA, 2012), pois tais considerações possibilitam a compreensão destes espaços ditos públicos em sua materialidade e nas ações que lhes atribuem valor, que lhes atribuem referenciais identitários, mais que coercitivos.

Torna-se interessante destacar neste momento que, o mesmo Paul Claval, anteriormente citado pelas suas ligações com as formulações teóricas de Foucault, numa publicação mais recente, atribui um novo olhar ao debate dos aspectos cotidianos ao analisar os “saberes-fazer da vida cotidiana”, que na sua interpretação corresponderia ao que ele determina como “geografias vernaculares”. Este saber-fazer corresponderia a um conjunto

de práticas desenvolvidas sem pensar, de caráter não científico e relacionadas com a vida diária. Corresponderiam a práticas desenvolvidas pelos indivíduos para se localizar e tirar proveito dos lugares, sendo a base da Geografia científica, que parte destes procedimentos simples da vida diária - orientar-se, localizar os fenômenos, representá-los, regionalizá-los - para construir sua base teórica (CLAVAL, 2011).

Esta interpretação das geografias vernaculares de Paul Claval encontra-se bastante relacionada com o debate acerca das paisagens simbólicas e suas conseqüentes reproduções diárias, debates estes desenvolvidos pelo geógrafo cultural Denis Cosgrove (COSGROVE, 2000; 2004). Afastando-se de uma geografia calcada por um funcionalismo utilitário, refutando assim, toda explicação da geográfica enquanto disciplina estritamente prática, o autor corresponde a um dos principais teóricos da Nova Geografia Cultural, que emerge na Geografia na década de 1970.

Para este autor, os valores culturais das paisagens precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado, e grande parte deste processo de reprodução simbólica é realizado “na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares etc” (COSGROVE, 2004, p. 115). Conforme pode ser observado em suas próprias palavras

[...] a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico. O espaço simbólico dos jogos das crianças e seu uso imaginativo de lugares comuns para criar paisagens de fantasia, o local da caravana cigana, as marcas deixadas pelos mendigos para indicar o caráter de uma vizinha como fonte de caridade, o grafite das *gang* de rua, as notícias discretas e indicadores de paisagens de grupos variados como *gays*, maçônicos ou prostitutas, todos estão codificados na paisagem da vida cotidiana [...] **Porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós** (COSGROVE, 2004, p. 121, grifos nossos).

A valorização destas suposições possibilitou um aprofundamento da abordagem cultural na geografia, na medida em que se passou a compreender a cultura enquanto um conjunto de normas que precisa ser cotidiana e constantemente reproduzida pelas ações dos seres humanos (cultura e consciência), onde toda e qualquer intervenção humana sobre a natureza possibilita sua transformação em cultura (cultura e natureza), estando intimamente ligada ao conflito de classes sociais que tentam, constantemente, impor sua própria visão de mundo como sendo a objetiva e válida para todos os indivíduos (cultura e poder), sendo o

espaço nessas relações conteúdo e continente da reprodução cotidiana dos simbolismos espaciais (COSGROVE, 2004). Para este autor a cultura corresponderia ao “meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores” (COSGROVE; JACKSON, 2000, p. 25).

Estas questões que envolvem uma estreita ligação entre poder, política, cultura, espaço e paisagem seriam constantemente retrabalhados nos rituais cotidianos, mas também em simples caminhadas nos parques públicos e em avenidas movimentadas. Há que se destacar assim, uma importante função que Cosgrove explicitou acerca das ritualizações públicas cotidianas no espaço urbano: reproduzir os valores culturais presentes nas paisagens simbólicas, que necessitam ser constantemente reforçados para continuar a ter significados e possa cimentar a cultura e a geografia humana do mundo diário (COSGROVE, 2004). Tal formulação lembra-nos da função do caminhar, do jogo dos passos moldando os espaços, a que se referiu Michel de Certeau (1998). Segundo este autor, independente dos sentimentos já presentes nos espaços urbanos, a partir do momento que o usuário da cidade, que o caminhante observa cada significante espacial destacado em sua caminhada cotidiana, ele consegue extrair fragmentos da paisagem para atualizá-los em segredo. Assim, acreditamos conforme Certeau (1998) e Cosgrove (2004) que o simples caminhar dos cidadãos pelos espaços públicos cotidianos já corresponde, em si, num processo de apropriação do sistema topográfico e paisagístico pelo pedestre.

Segundo este pensamento então, encarar a paisagem como um estudo da cultura ligaria imediatamente o estudo geográfico ao estudo do poder, revelando assim, as relações de dominação e opressão que ocorrem cotidianamente no estabelecimento destas paisagens. Isso porque o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura, sendo as paisagens um dos mais importantes reflexos desta condição.

Das Paisagens Simbólicas à Geograficidade do Espaço Público

Em tal ponto do debate, convém retomar um debate que já iniciamos há algum tempo, quando a partir da sugestão metodológica de Maciel (2005; 2012), propomos que uma abordagem cultural do espaço público deve interpretá-lo a partir do papel exercido pela retórica da paisagem na formulação das sínteses potenciais da vida social urbana (BARBOSA, 2011). Em outras palavras, buscar interpretar como o imaginário geográfico incorporado a algumas paisagens específicas do espaço urbano consegue reforçar os ideais de coletividade intrínsecos à cena pública. Os espaços públicos dependeriam de certas

paisagens (ideais e/ou reais) para se afirmaram enquanto lugares, imagens e tramas (“cenários”) da convivência urbana.

De tal paradigma, surgiria a dialética entre as paisagens – ditas enquanto metonímicas – e a configuração do espaço público. Se o espaço público representa “um projeto de unidade política negociada a partir de certas normas de coexistência espacial sedimentadas historicamente” (MACIEL, 2012, p. 04), o desenvolvimento de uma retórica da paisagem através de uma “metonímia geográfica integrativa” pode intentar desenvolver uma maior civilidade à vida cotidiana destes espaços. As paisagens metonímicas “contariam”, “sonhariam” ou “inventariam” as possibilidades da co-existência nestes espaços.

Ademais, convém pontuar que a paisagem consegue articular a um só modo, a dimensão física do real e a representação dos sujeitos que o codificam no ato de observação (CASTRO, 2002), sendo dualmente real e representação. Ela é assim, uma “imagem, produzida pela sociedade e incorporada pelo imaginário social, porque reflete um real concreto no qual a geografia se encontra em primeiro plano” (*Idem*, p. 124-125). Uma espécie de espelho, reflexo e resultado da cultura materializada no espaço. Pode-se então afirmar, a paisagem enquanto o resultado da ação da cultura, integrando as dimensões morfológica, funcional, humana e simbólica sobre o meio natural, encontrando-se carregada de valores sociais e culturais servindo de suporte a propagandas e ideologias (*Idem*, p. 123).

Compreende-se então, que as novas abordagens da geografia cultural encaminham a paisagem até uma interpretação relacional, onde esta adquire um potencial comunicativo, que a aproxima teoricamente do espaço público, interpretado na geografia, basicamente, como um espaço de comunicação, conviviabilidade e do debate. A paisagem assim, serve como um dos principais alimentos à elaboração/manutenção dos espaços públicos. E tal comunicação, só torna-se possível pelas qualidades simbólicas inerentes à materialidade das paisagens, pois são estes simbolismos que permitem interpretar o seu significado social, destacando assim, os imaginários sociais inter-relacionados na sua estruturação.

A paisagem, revela-nos assim, uma articulação necessária entre imaginação e espaço, capaz de criar uma materialidade à memória coletiva, fundando o imaginário geográfico (CASTRO, 2002). A relação entre imaginário e as materialidades não corresponde assim, a um capricho de formação de algumas paisagens. Na verdade, o imaginário geográfico só se forma quando relacionado a uma seletiva apropriação de determinados espaços, pois enquanto imaginário geográfico, necessita de uma realidade concreta de

referência. O espaço faz parte deste imaginário então, pois ele é que é capaz de acrescentar e modificar sentidos, qualificando e estruturando as ações que aí se desenvolvem.

Entenda-se então, que as metonímias paisagísticas correspondem a “imagens que tem o poder de evocar a diversidade e a estabilidade dos contratos sociais acordados em espaços públicos” (MACIEL, 2012, p. 01-02). Em outras palavras, as imagens dos espaços públicos são tão mais eficazes em conferir-lhes aceitação e estabilidade quanto mais metonímicas forem em relação ao imaginário geográfico da cidade a que se reportam. São assim um sistema de pensamento sobre o espaço que permite aos indivíduos estabelecer uma ligação entre seus ambientes vividos cotidianamente e os espaços mais vastos onde estes se enquadram. Maciel (2005; 2012) lança então a hipótese de que as metonímias geográficas correspondem a um processo mental, uma “antecipação cognitiva via paisagens simbólicas”, capaz de indicar como as paisagens mobilizadas por narrativas e sensibilidades diversas para representar outros espaços mais amplos, necessariamente ligados.

A metonímia utilizada por tal autor nos estudos da paisagem encontra-se embasado nas sugestões de Berdoulay e Roux, que desenvolveram estudos acerca do uso das figuras de linguagem na geografia. Convém ainda destacar, que James Duncan também apresentou importante contribuição a tais estudos do espaço urbano quando propôs o estudo da cidade por metáfora textual. Em tal proposta, Duncan compreende a paisagem como um texto, onde “um sistema social é comunicado, reproduzido, experienciado e explorado. Apresenta, assim, uma qualidade estruturada e estruturante” (DUNCAN *apud* NETA, 2005, p. 54) devendo então ser trabalhada pela utilização de figuras de linguagens – os tropos – associadas a certos elementos da paisagem. Assim, o autor destaca as seguintes figuras de linguagem: alegoria, sinédoque e metonímia.

Para Duncan então, destacando-se apenas a compreensão da metonímia nas paisagens, este tropo baseia-se na concepção de que, uma palavra e/ou ícone é associado a outro sentido com o qual apresenta-se vinculado por relações de contigüidade. Então, segundo a compreensão de metonímias para tais autores, depreende-se que

[...] a metonímia geográfica é uma das condições necessárias à existência do espaço público, porque ela possibilita formular sínteses potenciais da vida social: a memória e a imaginação coletivas do espaço urbano são compostas de experiências individuais relativamente específicas, porém concatenadas em certo número de lugares carregados do projeto de civilidade, a que denominamos de espaços públicos. Uma vez que a metaforização das

relações homem-espaço apóia-se aí nas paisagens postas em acordo como um bem comum (no limite, como patrimônio), as opiniões e decisões pessoais devem necessariamente se referir e se manifestar nesse quadro geral e dado socialmente – mesmo que para se opor a ele (MACIEL, 2012, p. 04, grifos nossos).

Tais paisagens metonímicas, adquirem então, o potencial de refletir e celebrar a vida pública nas cidades. De agregar os cidadãos e permitirem que tais compartilhem aspectos identitários de forma mais expressiva e contundente. São então, lugares que concentram significações, mas também apresentam o potencial de atrair o público e promover formas simbólicas da cidade.

Em tal ponto, podemos afirmar junto com Vincent Berdoulay (2012) que a cultura corresponde a um esforço individual para melhor compreensão/interação do e com o mundo, ou simplesmente, corresponde a uma “questão de sentido”, de “afirmação do sujeito”. Se a cultura corresponde a um conjunto de normas que precisa ser cotidianamente reproduzida pelas ações humanas – conforme já resgatamos no pensamento de Denis Cosgrove – então eis nesse ponto o potencial criativo e libertário da cultura à (re)produção das relações sociais cotidianas no/do espaço público: a interdependência na co-construção entre sujeito e lugar, representada pela reflexividade destas noções (BERDOULAY, 2012).

Considerações Finais

Pensamos então deixar evidente que, os espaços públicos, através de suas narrativas e das imagens a eles ligados, são capazes de traduzir práticas e concepções diversas, muitas vezes conflitivas, porque são nestes lugares e cenários públicos onde o cotidiano torna-se capaz de transformar a dinâmica dos espaços. A permanente atividade de comunicação e de trocas cotidianas que se desenrola nesses lugares de convivialidade e debate permite-nos estabelecer ligações mais ou menos estáveis entre grupos sociais e território, mobilizando certo imaginário, princípios e regras compartilhadas (MACIEL, BARBOSA, 2012).

Neste sentido, acredita-se aqui que uma perspectiva renovada ao estudo dos espaços públicos perpassa pela valorização destes enquanto lugar material e imaterial, intersubjetivo e suscetível à manifestação de estratégias de afirmação identitária, onde a retórica da paisagem opera decididamente na formulação das sínteses potenciais da vida social urbana, reforçando os ideais de coletividade intrínsecos à cena pública.

Contudo, observa-se que, com grande frequência, práticas e comportamentos o ameaçam, pois o espaço público é sempre composto por espaços diferenciados onde se pratica a tão difícil arte da coexistência democrática, sendo que alguns lugares acabam se consolidando frente aos demais como fonte de significados para a unidade urbana (GOMES E BERDOULAY, 2008, p.10) e para o bem estar social. Percebe-se aí uma unidade possível, posto que emergente de uma diversidade inicial, onde alguns espaços seriam carregados de características excepcionais e impregnados de um sentido cívico incomum: a possibilidade de convivência e mesmo de mistura ora mais, ora menos aceita das pessoas diferentes, senão em clima de polidez, pelo menos de modo a tornar possível a coexistência democrática numa grande cidade, num país (MACIEL, BARBOSA, 2012).

Referências Bibliográficas

BARBOSA, D. T. 2011. *Pontes Imaginárias sob o céu da Manguetown: Influências do Mangue Beat sobre as políticas públicas no entorno do Rio Capibaribe – Uma análise do Circuito da Poesia e do Carnaval Multicultural*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BERDOULAY, V. 2012. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. *Olhares Geográficos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 101-131.

CASTRO, I. E. de. 2002. Paisagem e Turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Ed. Contexto, p. 121-140.

— .2011. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. In: *Revista da ANPEGE* [Online], v.7. nº1, número especial, p.291-305, outubro de 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/175/RAET20>. [Acesso em: 10 janeiro 2012].

CERTEAU, M. de. 1998. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 3º ed. Petropólis, Ed. Vozes.

CLAVAL, P. 1979. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

— .2011. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis, Ed. UFSC, 2011.

COSGROVE, D. 2000. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: um Século(2)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 33-60.

— .2004. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004, p. 92-123.

— JACKSON, P. 2000. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: um Século(2)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2000, p. 15-32.

DAMATTA, R. 1985, *A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

— .2006. O Brasil como morada – Apresentação para *Sobrados e mucambos*. In: FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano – edição comemorativa 70 anos*. 16ª edição. São Paulo, Global, p. 11-26.

DELEUZE, G. 1988. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. 1993. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.

GOMES, P. C. da C. 2002. *A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

— BERDOULAY, V. 2008. Apresentação – Cenários da Vida Urbana: imagens, espaços e representações. *Revista Cidades*:vol. 05, número 07, 2008, p. 09-14.

LEITE, R. P. de S. 2001. *Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. 390 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.

— .2002. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*[Online], São Paulo, vol. 17, número 49, 2002, p. 115-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a08v1749.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

MACIEL, C. A. A. 2005. Espaços Públicos e geo-simbolismos na “cidade estuário”: rios pontes e paisagens do Recife. *Revista de Geografia da UFPE*. Recife, v. 22, nº1, JAN/JUL, p. 10-18.

— .2012. *A geografia política da paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense*. (Inédito, No prelo).

— BARBOSA, D. T. 2012. Democracia, Espaço público e Imagens Simbólicas da Cidade do Recife. In: CASTRO, I. E. de.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). *Espaços da*

Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, (No prelo).

NETA, M. A. V. 2005. *Geografia e Literatura: decifrando a paisagem dos mocambos do Recife*, 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VALVERDE, R. R. H. F. 2007. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. *Espaço e Cultura*, UERJ, número 22, jan/dez, p. 67-78.